



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: GOULART

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 28/08/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE – Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da sexta audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa do ano de 2013. Esta audiência pública foi publicada no *Diário Oficial do Município*, do dia 20 de agosto, no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 21 de agosto.

Esta reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no site www.camara.sp.gov.br, link Auditórios Online.

Esta audiência pública tem por objeto dois projetos de lei: O PL 341/2011, de autoria do Vereador José Américo, que dispõe sobre alteração do artigo 9º da Lei 11.039, de 23 de agosto de 1991, que disciplina o exercício de comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo. E o PL 427/2013, de autoria do Executivo, que introduz alterações na legislação tributária municipal relativa ao IPTU, ITBI, ISS, TFE, bem como confere nova redação ao artigo 53 da Lei 14.107, de 12 de setembro de 2005, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal e cria o Conselho Municipal de Tributos.

Registro a presença da nobre Vereadora Sandra Tadeu, membro desta Comissão.

Foram convidados para esta audiência pública: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; OAB-São Paulo; Ministério Público de São Paulo; Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; Secretaria Municipal de Coordenação de Subprefeituras; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Especial de Relações Governamentais; Secretaria de Governo Municipal; Secretaria Municipal de Direitos Humanos; Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos; Comissão Justiça e Paz; União Nacional dos Deficientes Físicos; Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos nas Vias e Logradouros; Sindicato das Empresas de Promoção, Organização e Montagem de Feiras, Congressos e Eventos do Estado de São

Paulo.

Convido para compor a Mesa as seguintes autoridades: Dr. Paulo José Leite, Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Trabalho; Dr. Armando Arruda Pereira, Diretor Presidente do Sindpron; Ricardo Davansso, da Secretaria de Finanças, Divisão de Legislação; José Alberto Macedo, Auditor Fiscal e Presidente do Conselho Municipal de Tributos; Marina Awn, Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Finanças. (Palmas)

Quero destacar que esta legislatura da Câmara Municipal é a que tem mais realizado audiências públicas do que as anteriores.

Tratamos de dois projetos de leis distintos nesta audiência. E como o segundo projeto de lei é um assunto relativamente mais rápido para se discutir, vamos inverter a pauta para tratarmos primeiro do projeto do Executivo, que introduz alterações na legislação tributária municipal, em seguida, para que possamos dar mais tempo a todos para discutir com mais calma, falaremos do projeto de lei do nobre Vereador José Américo, que trata da prestação de serviços ambulantes.

Com a palavra o Dr. Ricardo Davansso, Diretor da Divisão de Legislação, da Secretaria Municipal de Finanças, para fazer suas considerações acerca do PL 427/2013.

O SR. RICARDO DAVANSSO – Bom dia a todos. Sou Diretor da Divisão de Legislação da Secretaria de Finanças. Em nome da Secretaria, apresentarei o PL 427/2013, em sua segunda audiência.

Esclareço que esse projeto de lei tem o objetivo de aperfeiçoar a legislação tributária. Tem alcance em diversos tributos; como IPTU, ITBI, ISS e na Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos – TFE. Também altera a competência do Conselho Municipal de Tributos.

Esta é a segunda audiência e me coloco à disposição para explicar artigo por artigo do projeto de lei ou responder às perguntas dos nobres Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Muito obrigado, Sr. Ricardo. O Sr. José

Alberto Oliveira Macedo, Presidente do Conselho Municipal de Tributos, ficará à disposição para responder às eventuais dúvidas.

Com a palavra a nobre Vereadora Sandra Tadeu, para algumas considerações e questionamentos sobre o projeto.

A SRA. SANDRA TADEU – Bom dia a todos. Ficamos muito felizes quando o Plenário está lotado. Em toda audiência pública deveríamos ter esse número de pessoas se interagindo sobre os projetos que são votados nesta Casa, tanto dos Vereadores, quanto do próprio Executivo. Por isso, vocês estão de parabéns. (Palmas)

Da última audiência pública, ficaram alguns questionamentos. Já encaminhei um requerimento a vocês. Na Comissão de Justiça também foram encaminhados alguns. Vocês sabem que tenho uma posição contrária a esse projeto. Acho que temos de dividi-lo.

Em relação à questão do IPTU e do ITBI, que se refere às questões do “Minha Casa, Minha Vida”, que facilita a compra de imóveis, sou extremamente favorável.

Agora, em relação ao TFE – Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos, se os ambulantes pagam, por que os bancos, os clubes de investimento e os fundos de investimentos também não pagam? Quero saber o quanto se arrecada.

O mesmo ocorre com o ISS em relação às empresas ligadas à Copa. Fala-se muito que elas vão trazer muita coisa para São Paulo, mas estamos vendo que a Confederação muito pouca coisa fez pela Cidade, que precisa de mais hospitais, mais metrô, mais ônibus. Enfim, melhores condições de vida a que têm direito os paulistanos.

Penso que estamos tirando o dinheiro da Prefeitura, sendo que ela precisa de mais dinheiro. Todo mundo paga, o feirante, o pobre. Estamos tirando dos ricos e deixando os pobres pagarem. Esse é o meu entendimento. (Palmas)

Os senhores mesmo me disseram que a Taxa de Fiscalização de Serviços é objeto de uma ação no Ministério Público e, provavelmente, vai cair. Se o Ministério Público houver por direito que não tem que ser paga, que não seja paga. Antes que o Ministério Público se

pronuncie, porém, já vamos deixar de pagá-la.

Tínhamos feito uns questionamentos e espero que os senhores tenham algumas respostas. (Palmas)

O SR. RICARDO DAVANSSO – Senhora Vereadora, atendendo ao pedido de V.Exa., informo-lhe o seguinte: realmente recebemos na Secretaria o seu ofício, que está sendo respondido por escrito. No entanto, apenas para contribuir com uma explicação, elencaremos algumas notícias que vão ilustrar este expediente.

Sra. Vereadora, quanto às explicações relativas às pessoas jurídicas imunes ou isentas do ISS abrangidas pelo projeto de lei, esclarecemos que, primeiramente, o projeto de lei não está versando sobre nenhuma nova imunidade ou isenção. Ele está apenas aperfeiçoando a redação do artigo 9-A, incluindo como responsável tributário os condomínios edifícios residenciais ou comerciais.

Gostaríamos de esclarecer também que essa alteração é exatamente para ampliar os poderes de fiscalização, contribuindo para que possamos arrecadar mais para o Município em relação ao seu tributo mais importante, o ISS.

Nessa área do ISS, estamos corrigindo alguns dispositivos legais nos quais faltava configurar a pessoa do tomador de serviço. Isso porque normalmente na relação do ISS temos um prestador de serviço e um tomador de serviço. No entanto, em alguns serviços aparecem também a figura do intermediário. A maior parte dos dispositivos estão sendo preenchidos, melhorados para contemplar essa figura do tomador de serviços com isso vamos poder melhorar a arrecadação desse tributo para o Município. Esclarecemos, também a senhora que a expressão “imunes ou isento” que foi a preocupação da nobre Vereadora, já está contemplada, as imunidades estão contempladas na Constituição Federal, que temos de seguir, não podemos dispor de forma contrária a Legislação Federal, por exemplo, os órgãos públicos são imunes, os templos de qualquer culto são imunes. O que quer dizer isso? O Município não pode cobrar tributos, impostos desses entes, porque a Constituição já os

protege. Quanto as demais isenções que existem no ISS, são produtos de leis anteriores, não estamos nesse momento mexendo em nenhuma nova isenção e esclarecemos que essas isenções se encontram consolidadas no decreto 52703.

Agora gostaria de falar um pouquinho sobre a Copa do Mundo de 2014. Esse projeto de lei está alterando uma lei de isenção aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo em 2008, Lei 14.863. Essa lei é que concedeu a isenção para os jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014. Infelizmente a Copa das Confederações não teve nenhum jogo na Cidade de São Paulo. Essa isenção não se prestou para a Copa das Confederações. O que estamos fazendo agora? Simplesmente estamos melhorando a redação dessa lei de isenção de 2008, para que ela possa contemplar de forma correta a isenção para a Copa de 2014. Essa foi uma decisão tomada pelo Executivo e aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo em 2008. O que estamos fazendo agora é somente corrigir um problema histórico, em que aconteceu, de que a Copa das Confederações não teve nenhum jogo aqui. A Cidade de São Paulo, infelizmente, não teve nenhum evento da Copa das Confederações. Entendemos que essa não é também uma isenção que está sendo proposta por esse projeto de lei. Ao contrário, essa isenção já aconteceu, encaminhada pelo Executivo, porque meus senhores? O Executivo vislumbra nesses eventos, não só a arrecadação tributária. Ele vislumbra o bem de toda sociedade. Haverá uma movimentação econômica muito grande. As vendas vão aumentar. Os serviços de hotelaria aumentar. Os serviços de alimentação vão aumentar. É uma questão de estratégia do Município atrair esses eventos. Queremos que São Paulo hospede muitos eventos, não só a Copa das Confederações, Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos, que terão alguns eventos que serão realizados aqui em São Paulo. Foi com essa ideia que explico a nobre Vereadora, entendo a preocupação dela, mas que não há isenção nessa lei.

Esse projeto de lei está apenas consertando um texto para deixá-lo perfeito para ser aplicado sem dúvidas à Copa do Mundo de 2014. Esse foi o segundo item que a Vereadora

questionou e que será respondido também por escrito.

Finalmente, vamos falar sobre o terceiro item que a Vereadora questionou, sobre a Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos. Realmente, temos que explicar um pouquinho mais para os senhores a respeito dessa taxa para que os senhores entendam e também a nobre Vereadora fique sabendo do nosso ponto de vista. A Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos é cobrada justamente para que o Município fiscalize as posturas municipais relativas a um estabelecimento físico, que existe no mundo concreto. Os fundos de investimento e os clubes de investimento não existem, são apenas um contrato, uma figura jurídica. Existem o banco, existe o administrador que administra o fundo, mas o fundo não existe, ele é apenas uma peça jurídica composta por vários cotistas que têm seus recursos aplicados e administrados por instituições financeiras. Nós não estamos falando de abrir mão da Taxa de Fiscalização sobre as instituições financeiras; nunca, jamais. Nós estamos falando de abrir mão da Taxa de Fiscalização sobre os fundos de investimento. Eu lembro aos senhores o seguinte: um banco normalmente possui mais de uma dezena de fundos de investimentos. Alguns bancos grandes oferecem centenas de fundos de investimentos para que os clientes apliquem seus recursos. Muito bem.

No entanto, entendemos que a legislação não contemplou de forma adequada esse ponto, motivo pelo qual estamos propondo que a TFE não incida sobre os fundos de investimentos, que, como eu disse, não existem como estabelecimentos. Você não pode ver se ele está limpo, se vai ter problema de segurança *etc.*, pois ele não existe, é uma abstração jurídica, é apenas um contrato. Os bancos existem e continuarão pagando a taxa de fiscalização de estabelecimento.

Por que isso, nobre Vereadora? Porque, na administração tributária, estamos tendo o retorno, as informações do que está ocorrendo na justiça. O Município de São Paulo está perdendo muitas ações na justiça, ganhas pelos bancos, e os tribunais superiores estão reconhecendo que realmente o fundo não existe como ente físico e, portanto, nesses casos

não se aplica a TFE.

Ora, senhores, se a justiça está dizendo isso, nós não precisamos seguir, devemos seguir a nossa lei. Mas nós estamos alterando a nossa lei para seguir o que a justiça diz. Por quê? Porque existe um fundamento aí. Nesse caso, além de perdermos e termos que pagar na justiça as custas e os emolumentos, estamos, por outro lado – e esse é o que acho mais importante, que gostaria de compartilhar com a nobre Vereadora -, cobrando a TFE de cada fundo, o que está afastando esses fundos da cidade de São Paulo. Temos grandes bancos, que todos conhecem as suas agências abertas que estão levando a administração dos fundos no papel apenas para os municípios vizinhos e não posso citá-los aqui. Com isso o que acontece? Estamos perdendo a TFE também e, mais importante, estamos perdendo o ISS, esse que é a galinha dos ovos de ouro. É esse o tributo que mais arrecada para a municipalidade. No caso em questão, os bancos recolhem pela administração financeira o imposto sobre serviços e esse valor é muito superior à TFE que estamos abrindo mão.

Esclarecemos também, apenas a título de informação para a nobre Vereadora, que no ano de 2012 a arrecadação da TFE relativamente aos fundos e clubes de investimentos foi apenas de 157 mil e 300 reais aproximadamente e é anual. E 2013 ainda está sendo computado porque o ano não fechou. Não temos esse número ainda.

Estamos tranquilos em relação a essa propositura do Executivo, não porque estamos abrindo mão de cobrar à TFE dos fundos, mas porque achamos justo, achamos que a TFE não deve incidir sobre uma ficção jurídica, que o fundo é apenas um contrato, é um rol de documentos, ele não tem de ser fiscalizado. As instituições financeiras vão continuar sendo fiscalizadas e tributadas pela taxa e sabemos que com isso, agindo dessa maneira, não perderemos mais energia na Justiça, não perderemos custas de emolumentos a serem pagos na Justiça e estaremos ganhando, atraindo os grandes conglomerados financeiros a instalarem os seus fundos de investimentos no Município de São Paulo.

Agradeço muito a atenção de todos e da nobre Vereadora.

A SRA. SANDRA TADEU – Se não tem o porquê de ter o fundo, então, o que o fundo faz de interessante aqui no Município? Se você não quer que haja para outro município, que é uma coisa ilegal hoje. Se o banco faz isso é uma coisa ilegal.

O SR. RICARDO DAVANSSO – Nobre Vereadora, vou responder a sua pergunta: destaco novamente que o importante para o município é arrecadar o ISS. Quando uma instituição financeira administra um fundo de investimentos, ele cobra um valor mensal dos cotistas e sobre esse valor incide o ISS. Esse valor é imensamente superior à taxa de fiscalização de anúncios, que é cobrada uma vez por ano, enquanto, o ISS é cobrado mensalmente.

Os bancos são nacionais. Não sei se posso citar o nome de um banco, mas os bancos tem uma projeção geográfica em todo o país, então, para um banco criar um fundo em São Paulo município ou no município de Poá é a mesma coisa porque ela vai estar dando somente o endereço de uma das sedes que tem e eles têm várias agências em quaisquer municípios circunvizinhos. Então, eles se utilizam desse artifício para evitar essa tributação insistente do município de São Paulo em relação à TFE.

A SRA. SANDRA TADEU – E cada fundo desse, eu cobro ISS também?

O SR. RICARDO DAVANSSO – Todos os fundos pagam ISS porque, quando um fundo é administrado por um banco, ele não trabalha de graça: ele pega o dinheiro de vários cotistas, de todos os que querem aplicar naquele fundo, administra o dinheiro durante o mês e – como todos vocês sabem -, ao final do mês, cobra a taxa de administração. Essa taxa de administração é receita para o banco, que também são ótimos pagadores de ISS – isso nós podemos falar com verdade. Eles já separam o ISS e recolhem para os cofres municipais. Esse valor, Vereadora, é bem superior a qualquer TFE da qual eventualmente a gente venha a abrir mão e cuja não incidência sobre esses fundos nós estamos propondo.

A SRA. SANDRA TADEU – Então, é fictício aquele valor de quase 105 milhões que está no Orçamento? Aquele dinheiro não existe?

R – Não sei qual é esse valor. A senhora poderia explicar melhor?

P – É valor da TFE. Cento e cinco é de cada fundo?

R – Não, não. Atenção. Peço desculpas porque, na Prefeitura, minha especialidade é legislação. Eu não tenho os números do Orçamento, de arrecadação em minha mente - não é a minha função; mas eu talvez consiga explicar a dúvida da Vereadora. A Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos incide sobre todos os estabelecimentos comerciais, industriais...

P – Eu entendi isso.

R – ... de prestação de serviços...

P – Eu entendi isso. Isso eu entendi. O que eu não entendo é que há no Orçamento TFE dos fundos de 102 milhões de reais.

R – Acho que não confere essa informação com os números que nós temos em mente.

P – Alguém tem o Orçamento para mostrarmos a ele? Eu já pedi isso em requerimento, na última audiência. Vocês falaram que iriam trazer os valores, ele trouxe esse valor de 105 mil...

R – O valor é R\$157.300,00 relativamente só aos fundos de investimento, que foi o questionado. A TFE incide sobre diversos estabelecimentos: todos os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Se me permite, creio que os números a que a Vereadora está se referindo são referentes à arrecadação total por viés sobre todos os contribuintes de TFE, e aqui estão sendo tratados exclusivamente fundos de investimento, que é uma parte ínfima dessa arrecadação.

O SR. RICARDO DAVANSSO – Ínfima, e que será bem recompensada com a cobrança do ISS das instituições financeiras. Com certeza, esses 105 milhões... Desculpem, eu não conheço esse número, mas não são relativos apenas aos fundos de investimento.

A SRA. SANDRA TADEU – Voltando à questão do ISS durante a Copa, talvez os ambulantes presentes não saibam, mas, se vocês acham que vocês vão poder vender seus produtos durante esse evento, não vão poder. Vocês têm que vender os produtos da FIFA. A Fifa manda, e vocês têm de vender os produtos que eles querem. Talvez vocês não saibam disso, mas é o que vai acontecer. Se estão achando que poderão fazer como já fazem quando há jogo no Corinthians, Pacaembu ou Morumbi, não vão.

Não fui Vereadora em 2008, não conheço o projeto daquele ano. No projeto de 2008, você só tirou a Confederação?

R – Exatamente, Vereadora. O projeto é idêntico. O que foi tirado, em vários artigos e parágrafos, é somente a expressão “Copa das Confederações” para aperfeiçoar a lei, uma vez que a Copa das Confederações infelizmente não ocorreu na cidade de São Paulo.

P – Eu bato nessa questão porque a gente viu pela tevê a população do País muito descontente com a Copa. Na verdade, tudo é em torno da Copa, e estamos vendo pouca coisa boa para a população. E a FIFA acha que só trazer o nome FIFA e o futebol para cá já está bom, acabou. Ela tinha que trazer muito mais para a Cidade do que simplesmente o espetáculo de futebol porque quem está pagando essa conta somos todos nós brasileiros. (Palmas) Sou contra, já votei contra e vou votar contra. Não sou contra a Copa, quero que haja festa todo ano na nossa cidade; mas acho que os caras exploram demais o povo brasileiro e o povo paulistano. O povo paulistano é explorado todos os dias (palmas), por isso esses caras têm que pagar o que é devido. Também os bancos. Você pode até me falar que está lá no Ministério Público, que dá trabalho de ir lá para julgar, mas não interessa: deixe os caras pagarem. Na hora em que o Ministério Público e a lei disserem que não se paga nada, então não se paga nada. Quem mais ganha neste país é banqueiro. (Palmas) Tudo o que for para benefício de banco, também sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Agradeço a participação da Vereadora Sandra Tadeu. Dr. Armando Arruda Pereira, a palavra é sua.

O SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA – Bom dia a todos; bom dia, Srs. Vereadores e companheiros de Mesa. Procurarei ser o mais breve possível.

Quero rapidamente falar do setor de eventos na cidade de São Paulo. Represento o Sindiprom – Sindicato de Empresas de Promoção. Organização e Montagem de Feiras, Congressos e Eventos do Estado de São Paulo. Somos cerca de 7 mil empresas no Estado de São Paulo com 180 mil colaboradores. Temos uma mão de obra bastante extensiva em hotelaria e gastronomia.

Já que a Vereadora falou muito bem sobre os volumes de arrecadação, o setor de turismo nesta cidade arrecadou nos últimos 12 meses mais de 292 milhões de ISS. Uma boa notícia: ontem, no Palácio do Governo, foi anunciado um novo pavilhão de exposições de 100 mil metros quadrados, que gerará mais mão de obra principalmente na região e por toda a Cidade, por meio dos prestadores de serviços. São equipamentos muito importantes para que São Paulo seja a capital das feiras.

Srs. Vereadores, nossa demanda é a seguinte: na Lei 13.701/2003, do ISS, existe um parágrafo relativo à exploração de estandes, exploração esta que tem ficado dúbia na interpretação da fiscalização municipal. Estamos pleiteando, no sentido de se aprimorar a legislação, que seja feito um substitutivo para se eliminar essa dubiedade e nos dar uma tranquilidade no desenvolvimento dos negócios, que são importantes para a Cidade e para a mão de obra e geram arrecadação bastante significativa para o ISS municipal.

Eu queria agradecer a oportunidade. Vou entregar o documento para a senhora também, que relata que...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA – Pagamos, sim, senhora. Nós pagamos 2%. Em 2003, quando as empresas estavam todas espalhadas por todo o Brasil, fizemos um acordo com a municipalidade e todas vieram para São Paulo. Agora as principais empresas do Brasil, organizadores e promotoras de feiras e eventos estão situadas na cidade de São Paulo

com o ISS de 2%.

O fato de incidir 5% sobre a palavra estande causa confusão. Queremos aclarar isso. Ou mantemos a palavra estande, aperfeiçoando o texto, ou transferimos tudo para 2%. Se todos ficarem com 2%, teremos um incremento de empresas. Outras empresas virão para a cidade de São Paulo prestar serviço, pois o mercado aqui é o melhor do Brasil. Temos hoje cerca de 300 feiras na cidade de São Paulo, equivalendo-se, praticamente, ao número de todas as feiras da América Latina.

A SRA. SANDRA TADEU- Então, na verdade, o senhor gostaria que retirássemos do projeto o quê?

O SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA – Que fosse retirada a palavra estande, que na qual incide 5%, mudando o valor para 2%, uniformizando-o. Assim, todo prestador de serviço desse segmento teria uma uniformidade em 2%. Aumentaríamos o número de empresas na Cidade e não teríamos a dubiedade de interpretar o que é 2%, o que é 5%.

Esse é o nosso pleito e nós agradecemos pela oportunidade. Esperamos que os Srs. Vereadores colaborem com o substitutivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, Sr. Armando. Agradeço a todos os que participaram da discussão desse primeiro projeto de lei. Uma vez que todos os inscritos já falaram, anuncio a presença do nobre Vereador José Américo, Presidente desta Casa, autor do próximo projeto de lei a ser discutido.

PL 341/11: “Dispõe sobre a alteração do artigo 9º da Lei 11.039, de 23 de agosto de 1991, que disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços de ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de São Paulo”.

Quem quiser discutir o projeto basta se inscrever com a nossa assessoria.

Passo à leitura do projeto na íntegra: “A Câmara Municipal de São Paulo decreta: Artigo 1º - fica alterada a Lei nº 11.039, de 23 de agosto de 1991, em seu Artigo 9º, para

acrescentar as alíneas “d” e “e”, da seguinte forma: d) A cassação do Termo de Permissão de Uso, deverá ser motivada pelo Subprefeito. e) A Comissão deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, se necessário prorrogável por mais 30 (trinta) dias, analisar os processos de defesa protocolados pelos Permissionários, que, depois de concluídos, servirão de embasamento para o despacho do Subprefeito. Artigo 2º - As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias. Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, Às Comissões competentes.” Assina o projeto de lei o Vereador José Américo, do Partido dos Trabalhadores.

Para compor a Mesa, convido os Srs.: José Gomes da Silva, Presidente do Simpesp; José Nilo Vaz, da Unadef; Luciana Itikawa, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Tem a palavra o nobre Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Agradeço aos Srs. Vereadores Laércio Benko, Sandra Tadeu, membros da Comissão de Constituição e Justiça.

A tratativa desse projeto de lei é um pretexto para este encontro. Na verdade, é um projeto simbólico, uma vez que seu objetivo é dificultar a arbitrariedade contra o ambulante. Quando o elaboramos, tínhamos exatamente este objetivo: diminuir a arbitrariedade contra o ambulante, pois ele, de repente, recebe um TPU, que é tirado e posto como roupa dependendo do governo. Cada gestão tem sempre uma ideia nova sobre comércio ambulante e, às vezes, o grande problema é o excesso de ideias.

Sabemos da grande conspiração contra esse tipo de atividade. Por conta do provincianismo e do caipirismo da população brasileira e da população do nosso Estado, essa profissão é sempre questionada.

Esse tipo de comércio existe em vários países, mas regulamentado e qualificado. Talvez, ao invés de discutirmos a sua existência ou não, tenhamos de discutir a qualificação do

comércio em prol de sua organização,

Penso que essa questão pode a começar a ser superada agora com o governo do Prefeito Haddad, que vem com uma nova mensagem com uma nova postura, a gente sabe que não é fácil, a gente precisa resolver e resolver não é fácil, nós tivemos uma vitória muito importante no ano passado, que foi a vitória contra o prefeito Kassab, que na verdade tentou extinguir os ambulantes de São Paulo e essa vitória é uma vitória na Justiça e a juíza Dra. Carmem Trejeiro convocou a Prefeitura para que a Prefeitura montasse uma Comissão, que foi efetivamente, montada para transformar aquilo que ela decidiu judicialmente numa medida administrativa, ou seja, está cobrando da prefeitura uma proposta de organização do comércio ambulante de São Paulo.

A comissão tem se reunido, depois algumas pessoas que estão aqui na mesa participam dessa comissão e podem até dar relatos para nós, mas espero que a gente termine isso nos 180 dias dado pela Dra. Carmem Trejeiro e terminemos com uma proposta muito boa de comércio ambulante para São Paulo.

Temos, sem falar naqueles companheiros que reivindicam a volta, reivindicam trabalhar no comércio ambulante, todo mundo tem o direito de trabalhar, não vou abordar esse aspecto, vou abordar o aspecto mais direto, que é que de 2005 para cá houve algumas centenas, ou milhares, não é tanto, mas é um número relativamente grande de licenças que foram cassadas arbitrariamente pela Prefeitura, ou seja, licença que foram cassadas, às vezes, por verdadeiras armadilhas que os subprefeitos montaram e que a administração montou. Situações como não receber TPU para poder cassar o sujeito por não ter pago o TPU, coisas malucas, não podia ficar doente porque você não conseguia ter atestado para sair. Teve uma invenção jurídica e nesse sentido o Ministério Público de São Paulo se omitiu, onde dizia que o ambulante era um funcionário estatal, então, se ele chegasse atrasado, ele poderia levar uma multa. Então, se o sujeito não montasse a barraca até 8h da manhã, era multado, foi estatizado e se desmontasse antes também.

O MP se omitiu, eu pedi uma audiência com os promotores que cuidavam desse assunto e me responderam que tinham quatro promotores cuidando do assunto e que os quatro tinham de acertar a agenda e por isso estava muito difícil. Perseguiram o carioca na Sé de tudo o que foi jeito, todos os ambulantes, mas enfim, estamos vivendo outra situação.

Acredito nesta comissão, neste Governo de que nós vamos terminar os 180 dias, que vai até o começo do ano que vem, se não me engano, e vamos terminar com uma proposta coerente para o comércio ambulante de São Paulo. E o que é uma proposta coerente?

Que abramos um processo e revisão de todas as cassações do final do governo da Prefeita Marta Suplicy para agora e não apenas em 2012 e resgate o papel, que se cumpra a lei, a lei continua não sendo cumprida na Cidade de São Paulo, por isso acho importante que seja nessa CCJ que estejamos fazendo essa discussão. A lei do comércio ambulante que foi aprovada por esta Casa e só esta Casa tem como revogar e diz que: tudo tem de passar pela comissão permanente de comércio ambulante.

A prerrogativa foi retirada arbitrariamente na gestão Kassab, mas por uma questão de honestidade, ela continua sendo mantida no nosso governo. Falamos com o Chico Macena, que é o Secretário das Subprefeituras, e ele nos disse há três meses, que ia devolver as prerrogativas para as subprefeituras. Ou seja, a comissão permanente voltar a atuar e isso não aconteceu até agora, espero que aconteça na semana que vem e tenho certeza de que vai porque a lei tem de ser cumprida.

As CPAs precisam voltar a ter o seu poder e a CPA não é um campo fácil para um ambulante, tem comerciante, tem funcionário da Prefeitura, muitas vezes, na CPA o ambulante sai perdendo na CPA, mas estamos reivindicando uma coisa em nome da Justiça, em nome da lei, então, não é um campo tão fácil para o comércio ambulante.

Não queremos a lei porque vai beneficiar, acho que as CPAs poderiam começar os seu trabalho avaliando os TPUs que foram cassadas. Evidentemente, se a CPA não aceitar, a

peessoa tem o direito a recorrer, a recursos, mas enfim, esse processo teria de acontecer. Tínhamos no tempo da Marta 5500 ambulantes cadastrados e hoje temos no máximo 2500. Estamos falando de um número de pessoas de aproximadamente 3000. São pessoas idosas, acima de 50 anos, com exceção do Bil, são pessoas que tem dificuldade de se adaptar a outro tipo de trabalho. Mas, mais que isso, são pessoas que têm direitos.

Eu vivo numa sociedade democrática e acho que não temos de discutir o bonzinho ou mauzinho, é direito. Passa pela CPA, diz que a pessoa não tem direito, permite que ela recorra e se justifique, não podemos ser vítimas de arbitrariedade a olho nu, a céu aberto. A sociedade brasileira é pródiga em fazer esse tipo de coisa. Talvez o traço da nossa cultura seja o cinismo, fala uma coisa e faz outra. Vamos acabar com isso. Tenho certeza que essa reivindicação vai ser aceita pelo novo governo, restaurará o poder das CPAs e reiniciará imediatamente o processo de revisão das cassações que, em minha opinião, foram todas arbitrárias de 2005 para cá.

A pessoa que foi cassada porque o seu local de trabalho teve alteração a lei prevê isso, teve alteração, propõe um novo local. Tivemos uma vitória importante na Justiça, que foi conduzida pelo Dr. Bruno, que é defensor público, não é membro do MP, uma pessoa que só faz honrar essa categoria de defensor público, também pelo Centro Gaspar Garcia, que esteve junto nessa ação como co-participante e por todos os que ajudaram essa ação. Lembro que o Ministério Público se omitiu.

O SR. GOULART – Bom dia a todos. É uma alegria muito grande estar aqui. Agradeço ao Vereador Laércio Benko, pois tive outras reuniões e cumprimento o nosso Presidente José Américo que tem lutado muito. Os dois projetos do José Américo comungam com ideia que tive no passado que diz respeito das bancas de jornais e da questão da regularização dos ambulantes, pois é um sofrimento muito grande.

Sou procurado constantemente e outros Vereadores também, pois tenho atuação na Região da Capela/Grajaú/Cidade Ademar e verdadeiros irmãos da gente e mesmo que não

fosse o sofrimento é muito grande, tem toda uma vida dedicada, criam laços de amizade, a cultura do nosso bairro passa pela banca dos ambulantes e lamentavelmente foram retirados arbitrariamente e tenho certeza que com a competência do José Américo, que consegue sensibilizar toda a Câmara Municipal, hoje, com um governo que tem outra visão, outra postura, então, a dignidade e os direitos serão restabelecidos.

Estamos aqui para dar apoio total ao nosso Presidente, que é o nosso condutor.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra a Sra. Luciane do Centro Gaspar García de Direitos Humanos.

A SRA. LUCIANE – Bom dia a todos. Nos conhecemos há muito tempo, agradeço à Mesa e a todos. Fazemos parte da defesa de vocês, há gente aqui que está há 40 anos na luta e há uma trajetória e viemos somar com vocês. Estivemos com vocês nos momentos mais difíceis em que um Prefeito teve a ousadia de proibir o comércio ambulante em toda a Cidade, só que ele não percebeu a força e resistência dos ambulantes de lutar. Vocês provaram isso, indo na frente do Tribunal de Justiça, foram quase três mil ambulantes e o Presidente do Tribunal derrubou a liminar da ação civil pública que tínhamos entrado e vocês mostraram para 23 dos 28 desembargadores que votaram a favor de vocês.

Estamos apostando muito e queremos batalhar, são muitos desafios que permanecem para o comércio ambulante depois que houve a mudança do Prefeito foi instaurado um grupo de trabalho com a juíza e esse grupo de trabalho, durante 180 dias, ele tem por objetivo, regularizar. Ninguém tem o TPU regularizado, hoje. Precisa regularizar. (Palmas)

Como o Vereador José Américo disse, tem que resolver o que o Serra e o Kassab fizeram de atrocidade contra os ambulantes, não é verdade? Por isso, esse grupo de trabalho precisa regularizar a licença de vocês, mas, mais do que isso, melhorar uma lei que é considerada a mais progressista do mundo.

Em nenhum lugar do mundo tem uma Comissão Permanente de Ambulantes como

em São Paulo, onde existe esse diálogo permanente. Só que essa lei mais progressista precisa acontecer. Mas, antes disso, existe uma série de problemas que o Serra e o Kassab deixaram. Imaginamos que esse grupo de trabalho, com a Secretaria do Macena, precisa resolver. Só que está muito devagar. Então, acho que depende muito da pressão de vocês para que esse grupo de trabalho, realmente, seja efetivo.

Serei breve, mas ainda tenho duas questões a falar. A primeira é que o Governo, de certa forma, precisa resolver. Qual a definição política do Governo? Se é a repressão ou a promoção? A repressão continua muito forte ainda. Continua a apreensão de mercadorias, a truculência da polícia, da Operação Delegada, enfim, a gente precisa entender qual é essa política do Governo e pressionar para que a gente tenha uma política mais favorável ao comércio ambulante.

A segunda é que a gente participou dos processos do Plano Diretor em várias plenárias das Subprefeituras com propostas muito concretas para o comércio ambulante, só que, infelizmente, essas propostas não foram incorporadas. Uma delas é avançar sobre a questão do TPU, que é precário. Havíamos proposto uma concessão de uso especial no espaço público. Além disso, falamos dos mercados populares, da importância de ter esses mercados em várias regiões da Cidade. Isso também não foi incorporado. Esse é um desafio que temos de inserir no grupo de trabalho, no Plano Municipal do Comércio Ambulante.
(Palmas)

É isso. Temos de avançar muito ainda na questão do comércio ambulante.

Um abraço a vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – É um aviso aos Governantes. Se tiver coisa que pega mais que chiclete é praga de ambulante. (Risos) Os Governos que perseguiram ambulantes, todos se ferraram, terminaram mal.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Passo a palavra ao Sr. José Nilo Vaz

Anunciação, da Unadef.

O SR. JOSÉ NILO VAZ ANUNCIAÇÃO – Bom dia a todos. Muito obrigado pela presença. Mais uma vez, fico feliz em saber que estamos unidos em busca desse nosso objetivo. (Palmas)

Esta audiência pública é pela inclusão e valorização de uma categoria – lutamos há anos por isso. Há mais de uma década, somos desrespeitados e sentimos nossos direitos violados. Sabemos que um momento como este é de grande relevância no sentido de fortalecimento, de recuperarmos nossos direitos violados, durante oito anos, por uma gestão massacradora e violadora dos direitos do cidadão, que escolheram a cidade de São Paulo para viver e criar seus filhos com dignidade. (Palmas)

Nós fazemos parte desta Cidade, consumimos e pagamos nossos impostos. Por isso, nada mais justo que tenhamos nossos direitos preservados. Vou ser muito breve na minha fala. Direi uma frase que diz tudo o que todos nós almejamos: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Essa frase faz parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos e é isso que queremos que seja respeitado nesta Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, Sr. José Nilo. Passo a palavra ao Sr. José Gomes da Silva, do Simpesp.

O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA – Bom dia a todos. Bom dia aos integrantes da Mesa, ao nosso Presidente Vereador José Américo, aos Dr. Luis Roque, Vereador Laércio Benko, José Nilo, Luciana e a todos que estão aqui.

Durante muito tempo, nós trabalhamos como ambulante. Há pessoas aqui com mais de 40 anos nesse ramo. Esse tempo fez com que, hoje, não tenhamos condições de trabalhar em outro ofício que não esse. Acredito que quem trabalha como ambulante por tanto tempo, a única coisa que sabe fazer é comprar e vender suas mercadorias e levar o sustento às suas famílias. Situação que o Governo passado não entendeu, porque, automaticamente,

víamos que ele não era muito sociável.

O Governo cassou e revogou, indiscriminadamente, a maioria dos termos dos nossos permissionários ambulantes. Foi mencionado que durante o Governo da ex-Prefeita Marta Suplicy, éramos 5.500 e, hoje, somos menos de 2.500. Então, para essas pessoas que perderam o direito ao trabalho, torna-se uma tortura. Muitos estão passando necessidade, outros fugindo da polícia e sendo caçados como bandidos. Isso é terrível. As pessoas não tendo como se virar, não tendo outro meio, acabam enfrentando a polícia. É uma barbárie. Muitos foram atingidos com gás de pimenta no rosto, outros foram detidos. Essa foi uma situação conflitante, maluca. Não desejamos isso a ninguém.

Toda nossa esperança estava depositada no novo Governo, ainda está e eu acredito nesse Governo. (Palmas) Até agora, tivemos algumas divergências. Ainda não chegamos ao que queremos, mas acredito muito, pois, afinal de contas, nós elegemos o Governo Municipal com a intenção de cuidar da nossa Cidade – é claro -, mas também do nosso permissionário, do nosso trabalho e fazendo com que a gente garanta o sustento da nossa família.

Por isso, tenho certeza de que o Prefeito Fernando Haddad, juntamente com o Secretário Chico Macena, a partir desta audiência, vá nos olhar com outros olhos. Ele vai nos ver de outra maneira. A partir de hoje, tenho toda confiança de que todos vocês terão os Termos de Permissão de Uso restabelecidos, sem a preocupação que temos agora de, amanhã, não podermos trabalhar. Ainda estamos trabalhando por uma Ação Civil Pública e sabemos que não é isso que queremos. Ela é muito importante, mas o novo Governo tem um compromisso conosco até pelo trabalho que fizemos nesta Cidade votando e pedindo o voto, acreditando que o novo Governo nos daria tranquilidade.

Por isso, gente, eu fiz um rascunho, não temos muito a pedir, são três as propostas. A primeira é anular todos os decretos e portarias atingidos pela liminar da 5ª Vara da Fazenda Pública, mantendo regularizados todos os que estão trabalhando e revendo os que foram

cassados do ano de 2005 a 2012. Às vezes, as pessoas perguntam: de 2005 a 2012, vai inchar a cidade com ambulantes, com permissionários. Não vai porque nós tínhamos e foram colocados 5,5 mil mais era em todas as subprefeituras. E com o volta da CPA – que estamos pedindo às subprefeituras – vamos discutir em cada subprefeitura. Acho que esse é uma forma que organizará todas as pessoas. E o sindicato está pronto para ajudar na organização, para discutir e organizar todo o pessoal permissionário ambulante. (Palmas)

Queremos também que seja rápido, que seja determinado às subprefeituras a realizar o cadastro de todos aqueles, porque é preciso um novo cadastro desde 2005 a 2011. Cada pessoa que tem o seu TPU pode se dirigir à sua subprefeitura, onde está cadastrado. Aí sim o subprefeito terá autonomia para fazê-lo. Desde que o Secretário passe essas atividades para a subprefeitura, não vejo qualquer dificuldade de resolver o problema.

É isso, não tem muito mais o que falar, queremos trabalho. Tudo que pedimos é trabalho e regularizado. Estamos empenhados. O Vereador Presidente, José Américo, tem lutado com unhas e dentes desde o começo das irregularidades do antigo Governo, e vai continuar lutando. O Dr. Luís Roque não mede esforços para ajudar nossa categoria. Não só ele, pois têm outros Vereadores que indiretamente têm nos ajudado. Graças a Deus, agradeço o Vereador José Américo por tudo que tem feito!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Temos mais 11 inscritos. Estamos encerrando. Cada um poderá falar por 3 minutos. O primeiro é Dr. Fernando Teixeira Barbosa, advogado da APEMICRO.

O SR. FERNANDO TEXEIRA BARBOSA – Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos.

Início a minha fala – e serei breve porque há muitos a falar – dizendo que existe um embate, vou ser bem claro, pela luta de vocês, pela união de vocês, vocês sobreviveram. Imaginem que os desembargadores que votaram a favor de vocês, eles votaram porque acham que a lei está ao lado de vocês; votaram porque a Defensoria Pública, porque os direitos

humanos estavam lá; votaram porque viram vocês lá.

Vocês foram tratados pela administração anterior como pessoas que não existiam, como vagabundos, como bandidos. Quando olhamos hoje para este Plenário, cheio de deficientes físicos, cheio de idoso, cheio de pai e mãe de família ficamos imaginando: como é que alguém, uma autoridade pública, pode instrumentalizar a Prefeitura para exterminar uma categoria trabalhadora representada por vocês? Foi isso que o Kassab e o Serra fizeram. Existe uma coisa chamada “interesse público” e qualquer permissão de uso pode ser revogada. Existe outra chamada “interesse político” e o chamado “interesse escuso”. Vocês não foram cassados, revogados por interesse público. A licença de vocês, o trabalho de vocês foi extinto, ano passado, pelo Kassab por interesse político, econômico. Se vocês estão sobrevivendo hoje é que a união fez a diferença. (Palmas)

Vamos lá pessoal, a gente colocou um Governo agora. Claro, não foi só o poder de vocês, mas os que acreditam em um discurso político-ideológico do PT. Hoje existe um Prefeito que é favorável a vocês, o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo lutou muito, participou de várias passeatas, José Américo, está a favor de vocês. Foi colocado um Secretário à disposição de vocês.

Estamos chegando no mês de setembro, e vocês estão trabalhando e não é porque o Governo é bonzinho, não, não é isso. Estão trabalhando por conta da liminar da juíza. (Palmas)

Foi criado um grupo de trabalho para discutir propostas, mas não foi criado porque o Governo sugeriu. Partiu de uma audiência na 5ª. Vara da Fazenda Pública.

Vocês precisam ter em mente que o Secretário das Subprefeituras – Chico Macena – fez muito pouco ou nada por vocês! Estivemos com o grupo de trabalho, na última segunda-feira, tivemos a impressão – o Secretário não estava, estava o Chefe de Gabinete, que falou pelo Poder Executivo – de que têm vontade de tudo menos resolver a questão de vocês. A Luciana falou agora pouco que está devagar, digo a vocês que ela foi gentil. Está parado!

(Palmas) Estamos em setembro, o mínimo que o Prefeito devia ter feito para vocês era ter baixado decreto anulando as cassações e revogações do ano passado. Era o mínimo. Isso não precisa de discussão, não precisa de projeto, de debate. Precisa de boa vontade! (Palmas)

Quero dizer a todos que não sou da Defensoria Pública ou dos Direitos Humanos, sou advogado particular. Este ano, eu calculei, trabalhei 400 h sem receber um centavo. E vou continuar brigando por vocês por uma questão ideológica. Existem algumas pessoas as quais represento em seus processos, mas se alguém falar que cobre de alguém, este ano pelo meu trabalho, vai estar mentindo. Este é um desagravo – não vou citar nomes – porque alguém falou que eu estava cobrando alguma coisa de alguém. Isso não é verdade.

Pessoal, vocês serão ouvidos, serão respeitados, mas só se cobrarem. Até então a Prefeitura – e não estou falando do Poder Legislativo -, o Governo está levando com a barriga, vocês não estão sendo levados a sério. Tem que ter uma cobrança mais incisiva no sentido de realmente apresentar política pública eficaz. Vocês não estão pedindo favor a ninguém. Lá no art. 165 da LOM – Lei Orgânica do Município de São Paulo diz que o poder público municipal é obrigado a adotar políticas públicas para organizar o trabalho de vocês. Ninguém está fazendo porque é bonzinho!

Encerro por aqui.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Passo a palavra ao Sr. Manuel Wilson Souza. Antes, porém, um comunicado do Sr. José Nilo.

O SR. JOSÉ NILO – Gostaria de passar um informe, eu acabei esquecendo.

Obrigado, Vereadores.

Acredito seja do conhecimento de todos que está havendo o Plano Diretor nas subprefeituras. Houve a primeira reunião, há 15 dias, e amanhã convocamos todos a comparecer na UNINOVE da Rua Vergueiro, para darmos sequência aos trabalhos. O Plano Diretor discute as políticas públicas de todas as categorias que vivem na cidade de São Paulo:

deficiente, idoso, lazer, moradia. Acho que é de grande relevância o comparecimento de um grande número de pessoas para opinar, sugerir, fazendo parte da política da cidade de São Paulo. O horário é das 8h às 15h.

Muito obrigado.

- Assume a presidência o Sr. José Américo.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) – Passo a palavra ao Sr. Manuel Wilson Souza, o famoso Souza.

O SR. MANUEL WILSON SOUZA – Quero cumprimentar o Sr. José Américo, o pessoal da Mesa, os companheiros e companheiras ambulantes.

Quero falar algumas coisas para o Vereador José Américo, para o pessoal da Comissão de Justiça, falarei sobre algumas preocupações. Primeiro, estranho a ausência dos representantes da Prefeitura nesta audiência, e são várias as razões. Estamos no oitavo mês da Administração, confiamos na Administração Haddad, mas o Secretário Chico Macena tem sido muito lento, tem andado a passos de tartaruga nas questões relativas ao comércio ambulante.

Durante esses oito meses já dava, pelo menos, para ter resolvido o básico. O mais complicado, que é a alteração da legislação, poderia demorar um pouco, mas os regionais, nenhuma regional tem autonomia para discutir com os ambulantes, com os representantes dos ambulantes. Concentrou o trabalho na mão de técnicos. Ele, politicamente, não tem dito claramente: eu quero solucionar o caso dos ambulantes. Falo isso com tristeza porque confiava que já poderíamos ter resolvido essa questão.

As revogações das licenças – uma das nossas reivindicações -, elas já poderiam ter sido suspensas. Ele editou uma portaria que não leva a nada, mais um imbróglio do Secretário. Isso não pode continuar.

Outra coisa, Vereador, gostaríamos que houvesse alteração na Lei 11.039, são mais de 20 anos de legislação, e há necessidade de adaptação aos dias atuais. Os vendedores

ambulantes clamam por uma legislação mais clara porque quando se pega uma administração desfavorável, como aconteceu no passado, utilizam a legislação – que é complicada – contra os vendedores ambulantes. A comissão permanente é uma delas. Eles fazem uma composição da comissão permanente com vários membros do poder público, e com aliados do comércio. Nessa votação - sempre os ambulantes é que saem prejudicados, perdemos. Há necessidade de que haja uma paridade, de fato, regulamentada.

Outra questão é com relação ao ambulante fisicamente incapaz que não pode ter um auxiliar. Muitos trabalham longe do centro de atacados. Têm que comprar seus produtos para vender, como se deslocam até lá? Quando adoecem, eles não têm auxiliares. Esse é o caso de vários ambulantes. Então, é preciso alterar essa correlação porque para muitas pessoas é a única fonte de renda. Há necessidade de se alterar essa legislação. As posições do passado precisam ser revertidas: multas aplicadas, taxas cobradas contra os vendedores ambulantes, que eles não conseguem pagar. Os ambulantes de muitas regiões, com exceção dos do centro da cidade, estão inadimplentes, estão devendo e o poder público não pode continuar ausente. Tem que negociar, chamar à mesa os ambulantes, fazer um planejamento para a cidade e dizer: na região de Santana, Santo Amaro, São Miguel cabem tantos vendedores ambulantes. De que forma vamos distribuir? É na rua ou em algum lugar? A maior parte tem que ser na rua porque essa é uma reivindicação dos ambulantes. Mas há necessidade de construir shoppings populares, hoje, é imediata. Por exemplo, em São Miguel, há um mercado municipal que não serve para nada. Há necessidade de que esse mercado seja transformado em um shopping popular. Já tem projeto do Executivo pronto desde a época da Prefeita Marta Suplicy. Falta vontade política, seria dizer: vou fazer, é isso que nós queremos agora, não queremos esperar mais um ano!

Concluo agradecendo a iniciativa desta Casa, agradeço a audiência pública, mas esperando que o assunto não acabe aqui, que a Comissão de Justiça e os Vereadores desta Casa apoiem os ambulantes para que o poder público possa reverter o quadro de injustiças

instalado na cidade de São Paulo, desde o ano de 2010, 2011 e 2012. Enfim, os últimos governos Kassab-Serra destruíram o comércio ambulante da cidade de São Paulo.

- Assume a presidência o Sr. Laércio Benko.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Tem a palavra o Sr. Édson da Paz, Santo Amaro. Peço que se aproxime o próximo orador, Alcides Oliveira França.

O SR. ÉDSON DA PAZ – Muito bem, rapaziada, para mim é um prazer ser ouvido pelas autoridades, pelos senhores porque de maio de 2012 até agora, estamos em 2013, não conseguimos ser ouvidos pelas autoridades do Executivo.

Então ser ouvido por vocês e pelas autoridades presentes, é uma glória e espero que a partir de hoje, aquele que acreditamos, somos petistas, não queremos aproveitar só porque é o PT que está no poder. Não! Queremos dizer somos petistas, vamos continua sendo petista. Lula pediu, nós o elegemos. Eu, você e todos nós. Agora ele manter aquela mesma linha dos anteriores, deixa a gente triste. Digo isso com conhecimento de causa e um cidadão comentou sobre o Chico Macena, tenho maior respeito por Chico Macena, maior respeito pelo nosso José Américo, maior respeito pela Lúcia Gaspar Garcia, tem me dado ouvidos, estive lá no Gaspar Garcia, me fizeram um documento, está aqui, protocolei mais de mês na Prefeitura do Município de São Paulo, não tive resposta nenhuma no meu endereço. Inclusive gostaria de dizer para o senhores que mês passado o Papa esteve no Brasil, consegui falar com o Papa duas vezes, em Aparecida, estava lá cantando minha musiquinha, sou metido a cantor, ainda não morri de fome, não estou fugindo pelas dividas porque consigo cantar, por conta da feira, vendendo meu disquinho em Aparecida, apesar do Governo ser de outro partido, estão me permitindo isso aos finais de semana, que agradeço ao pessoal de Aparecida. Mas o nosso forte para nós que estamos desde 76 em São Paulo, a nossa segurança é a nossa banquinha trabalhando todos os dias, pouco ou muito que ganhamos é o certo. Consegui falar com o Papa duas vezes. De manha quando chegou e a tarde quando foi embora e entreguei uma cópia desse aqui para o Papa. Talvez o Papa me manda resposta, mas a Prefeitura do

Município de São Paulo não teve resposta. Nossa região é Santo Amaro, quando saiu aquela liminar a Defensoria Pública, Dra,. Carmem me deu uma cópia da liminar e disse, vai em Santo Amaro mostra na Subprefeitura, está aqui, para eles regularizarem sua situação. Fui lá, não fui atendido pelo Subprefeito, determinou que um cidadão chamado Ricardo Aluame, me atendesse. Esse Ricardo Aluame com uma arrogância muito grande, em uma sala onde fazem reuniões do departamento jurídico, com duas moças bonitas de um lado, não sei eram advogadas ou não. Só sei que simplesmente me humilhou, disse: Olha Edson, isso não vale aqui em Santo Amaro. Você pode ir na Prefeitura, na Defensoria, pode ir na Secretaria dos Tortinhos – Secretaria da Pessoa com Deficiência – estive lá falando com Tuca Munhóz que me atendeu muito bem, e chegou lá a comunicação ele se referiu a Secretaria da Pessoa com Deficiência com a “Secretaria dos Tortinhos”. Não ia adiantar nada. Espero que a partir de hoje, possamos ter uma resposta positiva que somos PT, vamos continuar acreditando naquilo que votamos no Fernando Haddad, a pedido do Lula. Dói saber que a gente vive passando frio e fome o que mais dói em meu peito é saber que nosso destino é traçado pelos homens. Espero que os homens tenham consciência. Muito obrigado.

O SR, PRESIDENTE (Laércio Benko) – Com a palavra o Sr. Alcides de Oliveira, vice-Presidente do Sinpesp.

O SR. ALCIDES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Vocês perceberam que o Governo Kassab não mudou continua a mesma coisa, ou seja, elegemos Haddad, mas as regras são as mesmas do Governo anterior. É um absurdo. Faço parte do grupo de trabalho autorizado pela Juíza na Subprefeitura e tivemos várias audiências com os representantes do Secretário Chico Macena. Infelizmente até agora a situação não mudou. Quais são as nossas reivindicações? Que todos os atos administrativos feitos pelo Governo Kassab que sejam extinto, ou seja, todas as revogações e anulações de TPUs deixam de existir. Isso foi uma determinação da Juíza Carmem e estamos reivindicando que por meio de decreto o Sr. Prefeito Haddad faça isso; que seja destravado o sistema, para que vocês entendam, o Governo

Kassab centralizou todas as forças na Secretaria de Subprefeitura com Ronaldo Camargo. Qualquer assunto relacionado ao comércio ambulante nas Subprefeituras teria de passar pela Secretaria de Subprefeitura, ou seja, nesses oito de governo, isso não mudou, continua centralizado no Chico Macena. Qual a segunda reivindicação nossa nesse GT? Que se descentralize e passe todas essas responsabilidades para as CPAs que serão formadas em cada dessas subprefeituras. Cada uma tem sua particularidade, tem seu número de ambulante, sabe onde pode, onde não pode. O assunto tem de ser discutido em cada uma das subprefeituras e qual é a terceira reivindicação? É que todos os TPUs que foram cassados e revogados, do final da gestão Marta, ou seja, de 2005, quando Serra assumiu até o ano de 2011, que todos esses atos sejam eliminados, revogados, ou seja, passar da validade a esses TPUs,. Cada subprefeitura, cada uma da sua região, vai definir, há locais que hoje não pode mais comportar determinado número de ambulantes, mas na CPA isso será resolvido, se você não pode na rua “x”, vai poder na rua “y”, no shopping, e assim por diante. Essas são as reivindicações simples que estamos lutando e até agora não obtemos nenhum resultado em relação a isso.

Em relação a mudança da Lei é simples, na verdade, Serra e Kassab adotaram sistema de tortura. Não sei se perceberam mas isso foi uma tortura com o comércio ambulante em relação as cassações e revogações que eles usaram todos os artigos da lei, das punições para revogar e cassar os TPUs e quando recorria da situação, recorria para o mesmo carrasco. Te condena a morte e depois você vai recorrer a me para te livrar da morte? É um absurdo.

Gostaríamos que todos os artigos de cassação, revogação e punição dos ambulantes fossem revisto e que, para se cassar ou revogar um Termo de Permissão de Uso, tem de passar pela comissão permanente de ambulante para começar examinar o processo, chamar o permissionário para uma audiência para que ele se explique. Fazer o trâmite legal de acordo com a lei e não da forma que foi feito. Se acontecesse o contrário, vamos supor hoje, que quem administrou a Cidade de São Paulo nos últimos oito anos fosse o PT, e quem tivesse

hoje, assumindo a Prefeitura do Município de São Paulo. Se fosse José Serra, por exemplo, já teria prendido mais de 50. O que esses caras merecem é cadeia pelo que fizeram com os ambulantes durante esse oito anos e mais não foi só o Ministério Público que ficou de braços cruzados. A mídia também. Ninguém falava absolutamente nada sobre isso. O cidadão denunciava e a imprensa não soltava uma notinha sequer sobre o assunto. Queria ver se fosse ao contrário para ver se não era manchete em todos os jornais e se não estava saindo nego pelo fundo das calças e jogado dentro do camburão. É isso que acontece na Cidade de São Paulo, por isso reivindicamos respeito, que se respeite o ambulante, que o Chico Macena comece a trabalhar porque até agora não disse porque veio. Que comece a trabalhar e que resolva o problema da cidade. É isso que queremos e é nossa reivindicação ao nobre Vereador Presidente da Casa, José Américo, que graças a Deus foi colocado em nossas vidas. Se não fosse a Juíza Carmem e o nobre Vereador José, hoje nossa situação seria pior. Muito obrigado.

O SR, PRESIDENTE (Laércio Benko) – Com a palavra o Sr. Adir Ribeiro do Amaral, da Unadef.

O SR. ADIR RIBEIRO DO AMARAL- Gostaria de solicitar ao nobre Presidente da Casa, nobre Vereador José Américo, que apresentasse, não só a modificação citada por ele hoje, mas também a proposta da lei que ele tem na mão dele, que muda em mais de 20 artigos a Lei 11 039, onde um dos artigos prevê três auxiliares para os ambulantes. Se você assim o quiser, pode ter um, ou até três. Prevê também o afastamento médico por plano de saúde, prevê o afastamento da banca para os deficientes após às 12h. São 20 artigos. Foi passado às mãos do nobre Vereador José Américo, e peço que toque para frente essa modificação. E se pudesse ler, hoje aqui em plenário, para que vocês tomem conhecimento, eu não vou ler, porque realmente sou ruim em leitura. Pediria se alguém pudesse ler essas propostas para os senhores que garanto que só irá beneficiar a categoria. Foi feito em cima de pessoas que trabalham no comércio ambulante há mais de 40 anos. Não foi de paraquedista que chegou

ontem não. Muito obrigado.

O SR, PRESIDENTE (Laércio Benko) – Com a palavra o Sr. Francisco Marques da Silva, o “Mineiro”.

O SR. FRANCISCO MARQUES DA SILVA - Boa tarde a todos. Cumprimento todos os componentes da mesa na pessoa do nobre Vereador José Américo. Agradeço a participação e a presença de todos que aceitaram nossa convocação, porque assim dizia Geraldo Vandré: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.” Companheiros se vocês querem o direito de vocês não é porque é o Governo do PT que vocês vão ganhar. Na vida, ganhamos, por meio da luta e da conquista. Devemos conquistar. Essa Lei 11039, decreto 42600, art. 160, da Lei Orgânica precisam, urgentemente, ser modernizados e atualizados devido à necessidade e do futuro, precisa ser urgentemente, modificada na sua totalidade. Precisamos aprimorar para que nela fica estabelecido o nosso direito ao trabalho. Não estamos pedindo esmolas, temos direitos às constituições: Federal, Estadual e Municipal. Lutemos para melhorar. Companheiros, aproveito para falar de Andrea Matarazzo que foi o primeiro carrasco dos ambulantes, enquanto secretário. E agora está tentando, aqui nesta Casa – que é Vereador – um projeto de lei para liberar a comida na rua, mas não pense que é para nós. São para os empresários. Imagina, Andrea Matarazzo, fazer projeto de lei para ambulantes vocês estão sonhando. Acordem para a realidade, outra coisa, tem um decreto que libera agora, por meio de campanha a questão de alimentos. A começar pelo suco de laranja, já tem até os lugares estabelecidos. Ficamos atentos aos companheiros de São Mateus, Penha, Brás, Pinheiros, Santo Amaro. Pinheiros é o lugar onde os ambulantes mais sofrerão com a revitalização do Largo da Batata, porque através de enterrar os fios, estão sendo colocadas caixas cada um metro e por essa lei que está não fica um ambulante nesse perímetro. Vamos acordar, vamos dar um prazo de quinze dias para o Sr. Chico Macena sair de cima do muro, que não é tucano. Se não acontecer nada, já demos exemplo aqui hoje, vamos organizar os ambulantes na Cidade de São Paulo e vamos levar para a porta da Prefeitura do Município de

São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Com a palavra o Sr. Alex Osmar Cabral, da Feira da Madrugada.

O SR. ALEX OSMAR CABRAL – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade que abriram aos trabalhadores dessa cidade. Deixo claro, eu representando os comerciantes Feira da Madrugada, como todos aqui, porque lá somos também ambulantes, não somos diferentes. É exemplo que hoje aqui peço que nessa lei seja incluída mais TPU para a Cidade de São Paulo, mais TPU para a Feira da Madrugada, e que inclua na lei aquilo que a Dilma deu ao microempreendedor. Que todos aqui sejam microempreendedores e possam ter no seu local de trabalho um ou dois funcionários para você poder trabalhar na sua empresa, na sua oficina. E isso está sendo negado pelo Partido dos Trabalhadores, no qual tanto acreditamos. Porque estamos sofrendo toda aquela repressão que sofremos na época Serra-Kassab agora com o Partido dos Trabalhadores. Não temos nenhuma reunião com o Secretário Chico Macena. Se você vai lá, por exemplo, da Feira da Madrugada, ele joga para o Manuel, que joga para o Chico Macena. É um jogo de empurra. Nós, para melhorar a Feira da Madrugada, criamos um grupo de voluntários para abrir a feira logo, e fomos impedidos de entrar na feira. Isso é um absurdo. Por isso, companheiros, é importante que essa lei preveja aquele vendedor que vende um volante no farol, uma água no farol. Que ele saia da ilegalidade e se torne um microempreendedor desta cidade, porque ele não está representando somente ele ali, cada um de nós aqui representamos, no mínimo, cinco famílias. Vocês podem fazer um levantamento sobre isso, para ver se é mentira ou verdade. Quando você trabalha na sua banca, tem quatro ou cinco oficinas trabalhando para você, de familiares microempreendedores. Por isso, a importância de que esta Casa reconheça que aqui tem o melhor da cidade de São Paulo: esses trabalhadores que acordam duas horas da manhã e trabalham até quatro horas sem pedir nada para o Governo desta Cidade e nem para o Governo Federal. (Palmas)

A nossa proposta é que se criem vários campos de trabalho na cidade de São

Paulo, como na Feira da Madrugada. Exemplo: temos o galpão amarelo, que, se aberto, pode receber 1.200 trabalhadores sem nenhum custo para a Prefeitura, sem nenhum custo para a cidade de São Paulo. Na Lapa, nas zonas Leste, Oeste, Norte ou Sul, tem vários galpões parados, onde se deixa de construir mais de 10 a 20 mil empregos, sem qualquer custo para a Cidade. Então é com carinho que peço a esta Casa que respeite esses trabalhadores, que somos nós que construímos esta cidade, somos nós que trabalhamos por esta cidade, para bancar banqueiros, para bancar empresários, e ainda ser reprimidos pela Operação Delegada, construída no governo anterior e continuada no governo atual. Isso nós não podemos aceitar, companheiros. Por isso, a importância da união de todas lideranças desta cidade em prol da Feira da Madrugada, em prol da favela, em prol do centro da cidade, e que nós nos unamos para fazer uma proposta de trabalho igual para todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Fiquem tranquilos, que tudo que está sendo falado está sendo gravado e todas as propostas serão encaminhadas à Secretaria e ao Sr. Prefeito.

Tem a palavra o Sr. Jailson Alves, da Associação dos Ambulantes.

O SR. JAILSON ALVES – Boa tarde a todos. Na realidade, queria até fazer uma pergunta ao Vereador José Américo em relação ao projeto de lei que ele ficou de apresentar na Casa. Falou que está pedindo para que se altere a lei, para que a Subprefeitura cuide dos assuntos dos ambulantes em cada região. Louvável a proposta, só que não é só isso.

Queria saber se há a possibilidade de se agregar a este projeto a questão de que o ambulante não pode sair da sua banca para trabalhar – que isso imediatamente possa constar da pauta do projeto de lei. Porque o projeto de lei é passar para a subprefeitura a coordenação do trabalho de legalização do ambulante no local. Mas é preciso agregar a este projeto parte da alteração da lei, de imediato, para que o ambulante possa trabalhar tranquilo. Hoje, o ambulante não tem férias, ele é um trabalho escravo, praticamente. Você não pode sair para

fazer compras, você não pode visitar seus familiares no Nordeste, ou no interior da cidade de São Paulo. Você vive preso. Graças a Deus, hoje, estamos numa outra gestão, e a visão mudou, mas nós não sabemos até quando vai ficar essa visão. Outras gestões podem vir e fazer o que gestões anteriores estavam fazendo. Então eu gostaria que alterassem essa parte e agregasse ao projeto. (Palmas)

P – Jailson, ao final da sessão, vamos fazer esse detalhamento com relação ao projeto de lei. Quem ficar até o final vai saber em detalhes sobre esse assunto.

Tem a palavra a Sra. Artemisa Gondim, de Perus.

A SRA. REGINA – Boa tarde. A Artemisa cedeu a oportunidade de falar a mim. Acho que nós, lá em Perus, estamos sofrendo mais do que vocês, aqui do Centro. Isso porque o nosso TPU foi cassado em 2011, e até hoje não podemos trabalhar. Só tem seis ambulantes trabalhando em Perus, porque conseguiram uma liminar particular. Os demais estão parados, porque não conseguimos votar o projeto, mesmo com o PT no Governo.

Sobre a Feirinha da Madrugada: não que eu seja contra as pessoas que trabalham. Mas, em Perus, os 38 ambulantes estão sem trabalho. Foi alugado lá, para a Feirinha da Madrugada, um balcão. Quer dizer, ele estão conseguindo trabalhar aos finais de semana, e nós, que trabalhamos há anos – eu tenho 17 anos como ambulantes em Perus, e tinha gente ali que antes de mim já trabalhava, e agora não podem trabalhar, porque a Prefeitura não deixa. Eu acho injusto.

Nós, em Perus, já temos formado a CPA, que foi desativado. E estamos reivindicando, urgentemente, a volta da CPA.

Essa é a minha reivindicação. Olhem pelo bairro de Perus, porque o povo está lá desesperado, sem trabalhar, e vendo os outros trabalhando.

Muito obrigada e boa tarde a todos. (Palmas)

P – Tem a palavra a Sra. Celina Marra, GT do Fórum de Ambulantes.

A SRA. CELINA MARRA – Boa tarde. Meu nome é Celine Marra, porque eu sou

marruda! Eu estive nas manifestações com o Sr. Presidente José Américo, participei de tudo, fui cassada em 2011. Lutei com o Dr. Francisco, advogado, à época, que conseguiu o meu mandado de segurança. Mas não é por isso que eu deixei os meus companheiros dentro do navio, não. Eu fui para luta, fui para as manifestações, gritei, briguei, desmaiei, levantei. E, olha, a gente está sendo enrolado. E chega de enrolação! Queremos solução! Essa é o meu grito. Elegemos o Sr. Prefeito, e agora queremos respeito à nossa pessoa, à nossa dignidade, à nossa moral. E eu gostaria que em vez de ser este termo, de precário, oneroso, patati, patatá, que fosse uma concessão. Acho que temos direito de ter uma concessão. (Palmas)

Obrigada, companheiros.

Outra coisa: quando todo mundo foi cassado, muita gente chegava e dizia para mim “Dona Celina, o que eu vou fazer para pôr de comida na minha panela, e meus netos, meus filhos?” Então o meu desespero foi grande ao ver o povo dizendo que ia passar fome. O meu coração doeu. Quando eu vi as máquinas batendo nas bancas aquilo doía no meu estômago – porque hoje era nas bancas, amanhã seria no estômago do povo. Criamos os netos, os bisnetos, os filhos, com o dinheiro do ambulante. Queremos ser respeitados. E nós temos pessoas deficientes, alguns visuais, outros auditivos, e outros até mesmo carente de leitura. Então quando sair um documento que precise escrever, que vá à Prefeitura, e que seja mais transparente, para ninguém ser lesado. Essa é uma coisa que está acontecendo, viu, Sr. José Américo. Pedimos transparência. Que esse documento seja feito na própria Prefeitura, e que seja de 2005 a 2012. Agora vamos pensar naquele povo que está ali na rua da Boa Vista, pondo o pano no chão. É ambulante também. Só que a hora que a força delegada vem, ele corre.

Sr. José Américo, Sr. Presidente da Câmara, nós temos de abrir novos recadastramentos, porque esse povo tem direito de trabalhar, tem direito de comer e tem direito de ter dignidade. Então vamos aos novos TPUs, que devem ser abertos.

Obrigada. (Palmas)

P – Tem a palavra a Sra. Magda, da Região de Santana.

A SRA. MAGDA – Meu nome é Magda, sou da região de Santana, e estou muito triste em saber que não tem nenhum representante de Santana aqui. Mas aqui represento muitos companheiros, vítimas de um verdadeiro golpe militar que foi instaurado na cidade de São Paulo na gestão Kassab. Isso me envergonha. Eu nasci um ano após o verdadeiro Golpe Militar, e me envergonha saber que essas pessoas se dizem vítimas daquele golpe, e hoje se aliaram a coronéis, para extinguir a nossa classe, como se fôssemos ratos. Ninguém consegue exterminar ratos. Implodiram o Carandiru e os ratos se espalharam pela cidade inteira. Ninguém consegue exterminar. E não vai exterminar uma classe como a nossa. E gostaria de pedir rapidez.

Santana começou a ser cassada arbitrariamente: a maioria, 90% ou mais, na Lei de Pirataria. Eu comercializava alimentos e fui cassada com uma guia fraudulenta. Eu tinha ido ao médico aquele dia, e minha barraca foi levada. Paguei quase 500 reais para retirar todo o meu material. Tive um botijão de gás apreendido naquela data. Essa guia foi colocada no dia 18 de outubro de 2011, junto com a minha cassação. Onde eu não tive sequer cinco minutos para me defender. Tudo isso foi arbitrário. E demorou para o Sr. Haddad e esta Câmara tomar uma providência.

Quero ler para vocês um documento elaborado por um colega do Simpesp.

“Companheiros, estamos aqui na presença das autoridades, na esperança de resolver, de uma vez por todas, o nosso problema de trabalho. Nós, permissionários ambulantes, desde o primeiro momento que começamos a perder nossos TPUs no Governo Serra-Kassab, já começamos a pensar novamente em ganhar o governo municipal, com a certeza de que iríamos ter justiça com a nossa categoria. E foi o que fizemos. Todos nós, permissionários ambulantes, votaram e pediram votos para o Prefeito Fernando Haddad e para o Vereador José Américo. Reconheço que os outros vereadores também tiveram votos de alguns ambulantes, mas o mais importante para nós era eleger o Prefeito Haddad e o Vereador

José Américo, por tudo que fez pelos nossos permissionários ambulantes. Mas estamos tristes porque, até agora, nesses sete meses de Governo Haddad, não temos sequer um decreto que garanta a nossa permanência em nossos locais de trabalho. Estamos dependendo da ação civil pública impetrada pelo Defensor Público Bruno Miragaia e pela deliberação da Meritíssima Juíza Dra. Carmen Teijeiro, que ainda espera que o Governo Fernando Haddad encontre, juntamente com os permissionários, através das entidades, solução para os nossos problemas. E é também o que esperamos com essa audiência pública.

Senhores, o Simpesp vem trabalhando todos os dias na busca de resolver, de uma vez por todas, a definição sobre o nosso trabalho. Temos nos reunido com vários subprefeitos e com os seus chefes de gabinetes, inclusive com o Secretário Chico Macena, que determinou que o seu Chefe de Gabinete, Sr. Antônio Crescente, junto com os assessor, Sr. Arquimedes, formasse um grupo de trabalho, na criação de um projeto para a continuação de nossos permissionários ambulantes.

No entanto, até agora, pouco se fez. Nenhuma solução foi encontrada. Parece que não há vontade política por parte do Governo sobre essa questão. Nós estamos nos sentindo rejeitados e até mesmo discriminados. Temos uma proposta do Simpesp que parece boa aos permissionários e ao Governo, mas o que estamos vendo é a falta de vontade de solucionar nossas atividades. Precisamos nos unir e lutar pelos nossos objetivos, e, assim, tentar garantir o nosso sustento e o de nossas famílias. A maioria de nós já passou da idade de arrumar emprego formal, principalmente porque não sabemos fazer outra coisa, a não ser comprar e vender nossas mercadorias.

Nosso agradecimento ao Presidente da Câmara, Vereador José Américo, e ao Dr. Luis Roque.”

Isso foi o Simpesp que fez, e eu li porque o meu companheiro não queria ler.
(Palmas)

Quero que uma coisa fique clara: a maioria foi beneficiada pela liminar da Juíza

Carmen; só que Santana, Santo Amaro e outras regiões não foram. Tiraram ambulantes das ruas de Santana para transformar os nossos locais de trabalho em latrina a céu aberto.

Para quem não sabe o que é latrina, é banheiro a céu aberto, dormitório de mendigo, de traficante. O que é melhor para a Cidade? Pessoas trabalhando, recolhendo impostos, deixando a cidade limpa e bonita, porque era o que fazíamos quando montávamos e desmontávamos nossas bancas, onde havia mendigos bebendo, colocando órgãos genitais à mostra, pessoas roubando, estuprando, em plenas calçadas de dia.

E essa Operação Delegada de nada serve, tem de ser revisto o objetivo dessa operação. É para fiscalizar.

E outra coisa, somos a favor, imediatamente, da revogação de todos os TPU cassados, depois a abertura para novos termos. Primeiro, devolva os nossos locais de trabalho; depois, abra para outros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Carioca.

O SR. CARIOCA – Boa tarde. Eu gostaria que vocês fizessem um pacto comigo: Se o Sr. Chico Macena não resolver nossos problemas, o que ele sabe que precisa resolver, nós voltaremos daqui a 20 dias e faremos uma grande manifestação em frente a Secretaria. Posso contar com vocês? Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Muito obrigado. Para encerrar, o último inscrito, o Dr. Ailton Vicente de Oliveira, o idealizador da Feira da Madrugada, com o uso da palavra.

O SR. AILTON VICENTE DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, demais companheiros, ouvi atentamente todos os colegas que me antecederam no uso da palavra para fazer suas reivindicações. Ouvi a companheira falar a respeito da sua cassação, a Portaria ou Decreto que o Sr. Kassab fez com relação à pirataria.

Amigos, o Presidente desta Casa nos acompanhou em Brasília várias vezes, no sentido de lutar pelos trabalhadores ambulantes, sejam eles dos logradouros públicos, ou dos shoppings populares que estão sendo construídos. Acho que devemos serrar a fileira e, sim, lutarmos para revogação de alguns atos praticados pelo ex-Prefeito Gilberto Kassab e seus companheiros.

Esse cidadão, e assim não deveríamos chamá-lo, porque sei o que é ser perseguido por poder público. Em 2011, quando criou esse decreto para perseguir os ambulantes e outros shoppings que estavam para ser cassados, atendendo talvez associações ou outros setores envolvidos, ele não mediu esforços para prejudicar aqueles que lutavam pelos ambulantes. Está aqui o meu colega que esteve comigo várias vezes no sindicato. Estivemos lá lutando para que fosse reaberta aquela feira, porque fecharam os portões sem nos avisar, cassaram os seus TPUs sem dar direito a vocês de se defenderem, quando isso está na Constituição.

E quando o poder público começa a atingir as cláusulas da Constituição, temos de nos preocupar. Diante dessa situação, Sr. Presidente, enfrentei o Sr. Prefeito passado, e esperava um pouco mais de anuência do atual Sr. Prefeito, porque teve uma decisão na 13ª Vara da Fazenda Pública, onde a doutora foi muito feliz nas suas declarações dizendo que era nula a operação praticada na lei antipirataria, porque um decreto não revoga o artigo 144 da Constituição, e isso está bem claro. Então cabe, e tem sentença transitada e julgada, Sr. Presidente.

É necessário que serremos fileiras, seja ambulante do logradouro público ou dos shoppings populares, devemos reparar as ilegalidades praticadas pelo Ex-Prefeito. Lutamos, sofri perseguições, fui processado inclusive, mas absolvido pela 7ª Vara, porque a única coisa que eu fazia era defender aqueles que precisam trabalhar. E assim continuarei fazendo, como o meu colega aqui diz, não cobrando um centavo de ninguém, mas lutando pela defesa dos direitos de cada um de vocês.

Sr. Presidente, deixo aqui os meus cumprimentos, e a coragem que os senhores estão tendo para tocar o dedo na ferida, mesmo sendo partidário do Governo, é assim que se faz. Não devemos ter medo, devemos ter coragem de enfrentar o problema. A Feira da Madrugada está fechada há quase 120 dias, e sei que muitos de vocês têm famílias que lá trabalham também.

Estão sofrendo. Não sabemos de que forma voltaremos, mas estou pedindo aqui encarecida que o Sr. Presidente desta Comissão, o Sr. Presidente desta Casa, convoque o Sr. Secretário e seus subordinados para que ouçam a voz do povo, que está sofrendo e precisa trabalhar, porque só o trabalho dignifica o homem e reconstrói uma família. O homem sem trabalho faz bobagem, destrói a célula master da sociedade, que é a família.

Sr. Presidente, convoque uma audiência para que possamos discutir a forma mais branda, mais coerente, de trazer esses irmãos novamente a seus locais de trabalho e trazer novamente aqueles que lá estão e que não sabem de que forma retornarão a seus trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Não posso deixar de me manifestar. Talvez eu seja um dos Vereadores aqui que mais tenha brigado com o Ex-Prefeito Kassab, mesmo antes de ser Vereador. Tenho umas sete ações populares na justiça contra ele.

Na gestão passada, São Paulo, na questão dos ambulantes, na questão dos direitos humanos, regrediu ao século XIX. Nós vivemos um período medieval, em que o ser humano não valia absolutamente. E agora, com o Prefeito Haddad, voltamos ao século XX, mas não podemos esquecer que já estamos no século XXI. Melhorou, mas ainda não chegou ao ponto que tem de chegar.

Então, quero aqui serrar fileiras com o nobre Vereador e Presidente José Américo, a quem apoiaremos integralmente em todas as suas iniciativas nesse sentido.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao nobre Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Obrigado, nobre Vereador Laércio Benko, que é uma pessoa extremamente solidária com os movimentos sociais e com categorias como a do comércio ambulante. Agradeço a presença do Sr. Nilo, da Unadef; Sr. José Gomes; Sr. Luiz Roque, meu chefe de gabinete, que tem trabalhado muito a questão do ambulante; vários outros diretores do sindicato.

Temos um governo de coalizão, de várias forças. Eu tenho conversado com o Prefeito Haddad sempre que posso. Ele é uma pessoa muito sensível, muito generosa, e acho que está disposto a ajudar a categoria, organizar e resolver os nossos problemas.

Eu acho que essa comissão que foi formada pela Dra. Carmen e de que o governo está participando deve concluir com uma proposta boa. Se isso não acontecer, voltaremos aqui e lutaremos novamente.

Tenho cá para mim que o fato de eu ser do PT não impede que apontemos eventuais erros, problemas. Por enquanto, acho que a gente está no caminho certo. Montamos uma comissão, todos estão comparecendo lá na comissão, está representada. Então chegaremos a uma proposta condizente.

A proposta condizente não é muito complicada. Na verdade, é resgatar o TPU das pessoas que foram abrangidas pela liminar, resolver o problema das pessoas que tiveram suas cassações feitas de forma arbitrária através das CPAs; e resolver, em particular, o problema de Santo Amaro, que a juíza não se posicionou sobre esse caso.

A questão de Santana, eu acho que está abrangida pelo fato de que foi uma cassação arbitrária e que merece ser revista. A cassação de Santana é um dos grupos de cassações arbitrárias que foram feitas de 2005 para cá, então reivindicamos que a Administração revise isso. Ou ela faz através de uma comissão central, como uma grande CPA, e revisa isso de uma vez; ou deixa para as comissões permanentes locais resolverem isso, mas com uma orientação clara do governo de que tem de revisar e tem de seguir a lei, não pode fazer arbitrariedade, e com direito de recurso. Ou seja, se a pessoa acha que

merecia ficar e não ficou, ela tem direito de recurso. Essa é a nossa reivindicação.

Temos de resolver algumas pendências, como a de Santo Amaro, a de Pirituba, a de Perus. A de Perus é difícil de entender porque, lá, a Prefeitura não cumpre a liminar. Eu acho que um Subprefeito que não cumpre a liminar tinha de cair fora. Não tem sentido.

O caso de Santo Amaro é um pouco mais complicado porque a própria Dra. Carmen acha que não está abrangido da liminar dela; ela aceita discutir, mas não está abrangido.

O caso de Pirituba é uma situação especial, que precisaria ser discutida. Mas estamos falando de um número muito pequeno, 38 pessoas. Em Perus, estamos falando de umas 40 a 50 pessoas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Santo Amaro, 180 a 200 pessoas. Santana, 230 pessoas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Isso, trezentas pessoa. A Magda tem razão. Quando formos lá, haverá gente que não está mais a fim. Na verdade, estamos falando de um número pequeno na prática. Acredito na Comissão, acredito na generosidade do Prefeito Haddad e acho que chegaremos a um bom termo. Mas, se não chegarmos, não vamos baixar a bandeira, vamos lutar, e contem com a Câmara Municipal. (Palmas)

O projeto que está sendo discutido aqui torna o TPU algo mais difícil de ser revogado. Há também aquilo a que o Adir se referiu, o projeto de lei que reformula 11 artigos da Lei do Comércio Ambulante e mexe com mais 4 artigos. Todas essas coisas, como ele disse, são absolutamente legítimas, consenso na categoria; mas suponho que isso possa se resolver administrativamente, que a Comissão resolva apresentando uma proposta. Caso isso não aconteça, vamos aprovar isso. Se o fizermos, a Administração terá que se enquadrar sob pena de ser processada.

Acho que não chegaremos a isso. Tenho certeza de que a Comissão - coordenada pelo Toninho Crescenti, Chefe de Gabinete do Secretário Chico Macena, com a participação do Centro Gaspar Garcia, do Dr. Bruno, do sindicato, da central, da Unadef, de todo mundo -, chegará a um bom termo. Enfim, essa é uma Comissão bem representativa.

Não esqueçam de que temos lá uma pessoa extremamente sensível, a Dra. Carmem, que julgará o trabalho na reta final. A Câmara Municipal está lá também representada através deste Vereador e do Luiz Roque, que tem me substituído. Estamos acompanhando. O Governo precisa também estar atento para o fato de que estamos diante de uma pessoa muito justa, a Dra. Carmem, que se posicionará ao final. Se o Governo não conseguir terminar isso a contento, poderá sofrer uma ação judicial. Não acredito que isso aconteça; acho que vamos chegar a um bom termo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – O Luiz Roque está me lembrando que isso já foi questionado no GT. Acho que foi revogado.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Ficaram de revogar. Minha impressão é que se deveria fazer um de 2005 para cá. Não é isso? (Palmas) Aí, sim, cada um de nós vai à subprefeitura para se defender. Aí, sim, tem sentido. Em relação a 2012, já estamos defendidos pela decisão judicial. Não é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Alcir, fale ao microfone, por favor.

O SR. ALCIR APARECIDO DE SOUZA – Sou do Sinpesp e estive numa reunião em Santana, onde já há um local definido para alocar os ambulantes. Está tudo organizado. Só que a questão está esbarrando no Sr. Secretário Chico Macena, pois, se a Secretaria não se manifesta, ninguém pode começar a fazer nada. A Secretaria está lenta demais.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Acho que o Secretário Chico Macena deve estar

esperando a conclusão deste grupo de trabalho. Mas vamos acreditar.

Quero agora fazer uma referência à fala do Dr. Ailton Vicente de Oliveira, pessoa que dirige uma entidade na Feira da Madrugada e quem a idealizou. O que ele diz é importante, pois a Feira da Madrugada está praticamente pronta, retornando agora. Suponho, então, que devemos ter critérios objetivos para garantir que a disposição das bancas seja a mesma de antes, assim como o número delas seja o mesmo.

As exceções, em minha opinião, deveriam ser discutidas com as várias entidades. Discutir com os representantes dos movimentos é muito importante para que problemas excepcionais sejam resolvidos, mas o princípio geral é remontar o que já existia. Esse é o grande princípio.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – É uma proposta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – O Alex está propondo que as entidades possam entrar no local um mês antes de a feira ser reaberta para que elas mesmas remontem a feira levando-se em consideração como ela era antes. Seria esse um processo democrático. Pode ser de outra forma, mas penso que essa seria boa. Para mim, a forma boa é aquela que é negociada com todos e que leve em consideração o direito das pessoas.

Por que a legislação de comércio ambulante no governo da Prefeita Luiza Erundina foi muito bem aceita? Como expliquei ao Dr. Ailton, foi porque levou em consideração critérios naturais, como antiguidade, ponto já ocupado, dentre outros. Os próprios ambulantes defendiam seu ponto.

Penso, portanto, que temos que buscar o mesmo critério. O critério proposto pelo Alex me parece bom. Pode também ser outro, mas que seja negociado com as entidades a fim de se chegar a um consenso e de formar uma comissão, que acompanhará a questão. Tenho certeza de que, assim, restarão poucos problemas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Claro. Óbvio. Vão restar poucos problemas. Agora, se tiverem preferência por um grupo em detrimento de outro, será uma guerra e absolutamente injusta.

Todas essas questões serão encaminhadas aos demais Srs. Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. O nosso projeto e o outro, a que se referiu o Adir, estão tramitando na Casa, e a Comissão fará força para que esses problemas sejam resolvidos. Se não forem, vamos continuar a luta.

Agradeço ao nobre Vereador Laércio Benko, Presidente desta reunião, e aos demais participantes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
